

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Rumo a 2027

A aproximação entre Lula e Alcolumbre vai muito além da votação das propostas. Estão sobre a mesa para conversas futuras dois assuntos pendentes: o primeiro é a escolha do futuro ministro do Supremo Tribunal Federal — leia-se o advogado da União, Jorge Messias —, já rejeitado pelos senadores com a ajuda do presidente do Senado; o segundo é a escolha do futuro presidente do Congresso. Conforme o leitor da coluna já sabe, Alcolumbre é candidato a mais dois anos no comando do Legislativo e precisará de apoio dos governistas.

Brasil 2025 x Brasil 2026

Parlamentares governistas ligados à diplomacia afirmam que o novo tarifaço de Donald Trump tem menos impacto agora do que em 2025. E isso deve à atitude do governo em abrir novos mercados. Dados do governo demonstram que a balança comercial brasileira registrou, até a primeira semana de agosto, um superavit de US\$ 51,56 bilhões, aumento de 32,2% em relação ao mesmo período de 2025.

Amorim e o teste

A ida do assessor internacional da Presidência da República, Celso Amorim, ao Congresso, esta semana, foi aprovada pelos partidos aliados do Planalto. Em suas respostas sobre o crime organizado no país, ele reforçou o discurso da soberania e foi incisivo ao dizer que cabe às forças brasileiras combater as facções criminosas. Para completar, disse ter vergonha da “servilidade” aos estrangeiros, sejam americanos, russos ou chineses.

Renegociação volta à mesa

O presidente da Comissão Mista da medida provisória da renegociação de dívidas dos produtores rurais, senador Renan Calheiros (MDB-AL), vai se reunir com o relator, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), para negociar o texto. Calheiros defende que a MP editada pelo Ministério da Fazenda deixou de fora o pessoal do Norte e do Nordeste, e isso fere a isonomia. Aliados de Renan afirmam que o senador teme um alinhamento de Pimenta à Fazenda. Por isso, vai buscar o relator a fim de garantir o benefício aos produtores nortistas e nordestinos.

MDB em sintonia com Lula



Ao anunciar apoio à urgência para tramitação de propostas de interesse do governo Lula, o MDB dá um passo no sentido de reforçar um alinhamento ao presidente da República e, de quebra, se apresentar, num ano eleitoral, como defensor de projetos que têm o apoio da classe trabalhadora — caso do fim da escala de trabalho 6x1 (seis dias trabalhados para um de folga). O movimento do partido reforça o respaldo de uma maioria dos senadores do partido a Luiz Inácio Lula da Silva. Se levada em conta a foto de Michel Temer e José Sarney ao lado de Ronaldo Caiado (PSD), está claro que Flávio Bolsonaro (PL) terá pouco espaço entre os caciques do partido e conta apenas com o apoio do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, que se reelegeu com o apoio do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

» » » »

A hora do primeiro teste/ O gesto do MDB dá ainda um discurso para que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), coloque as propostas em votação. Depois da conversa dele com Lula, espera-se a retomada da normalidade entre os dois Poderes. A ideia é aproveitar o próximo esforço concentrado, na semana de 31 de agosto a 4 de setembro, para tentar votar parte das matérias ainda no período eleitoral.

CURTIDAS

Cai o “tenente coronel”/ O bolsonarista Luciano Zucco (PL-RS) se elegeu para a Câmara dos Deputados, em 2022, pelo Republicanos com o nome “tenente-coronel Zucco”. Agora, na disputa para o governo do Rio Grande do Sul, o deputado se apresenta apenas como “Zucco”. Na Câmara, muita gente comenta que se trata de uma estratégia para ampliar a votação do candidato.

E Alagoas, hein?/ A campanha de Renan Filho ao governo do estado só definirá o nome do candidato a vice-governador quando o ex-prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (o JHC), resolver se concorrerá ao governo, ao Senado ou ficará fora da disputa. No entorno de Renan, há quem duvide que JHC concorra ao governo, uma vez que o senador emedebista tem 95 das 102 prefeituras alagoanas alinhadas à sua candidatura.

Se for, vai sozinho/ Membros da cúpula do PL afirmam que não desistirão da candidatura de Flávio Roscoe em Minas Gerais para apoiar a candidatura de Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG). Interlocutores relembram que o partido esperou até o último momento, mas a indecisão do senador não poderia prejudicar os planos do PL no estado.



A hora delas/ Na semana em que se comemora o Dia do Advogado (11 de agosto), as mulheres advogadas especializadas no setor de energia promoveram o I Encontro da Comissão Especial da OAB voltada a esse tema: “Queremos cada vez mais consolidar o espaço das mulheres advogadas no setor elétrico, um dos tantos ambientes de decisão historicamente masculinos. É fundamental estabelecermos esse diálogo em um segmento com tanto impacto na sociedade”, diz Fernanda de Paula (ao centro na foto), idealizadora do evento.

POLÍTICA FISCAL

Projeto prevê trava ao FCDF

Equipe econômica inclui no PLP dos combustíveis jabuti que pode limitar o reajuste do fundo constitucional da capital

» RENATO SOUZA
» LUIZA ALTOÉ
» ROSANA HESSEL

O Congresso Nacional aprovou, na noite de ontem, o projeto de lei complementar (PLP) que, originalmente, permitiu a redução da tributação sobre combustíveis. No entanto, durante votação na Câmara dos Deputados, o texto passou a englobar vários jabutis, incluindo a possibilidade de alterações na correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Outras medidas incluem minerais críticos, fertilizantes, defesa e até a Copa do Mundo Feminina de 2027. As alterações foram mantidas pelos senadores. Na Câmara, foram 318 votos a favor e 113 contra. No Senado, a matéria, que é uma das prioridades do governo, foi aprovada por 61 votos a favor e 2 contra.

O texto foi inicialmente enviado pelo governo para reduzir o impacto do aumento do preço do petróleo — gerado pela guerra no Oriente Médio — no valor dos combustíveis. O PLP autoriza, excepcionalmente em 2026, que renúncias de receita voltadas a mitigar o choque no mercado de energia — decorrente do conflito no Oriente Médio — sejam compensadas pelo aumento extraordinário de receita da União gerado pelo aumento do preço do petróleo. A redução de alíquotas aplica-se à importação e comercialização de combustíveis como óleo diesel, biodiesel, gasolina, etanol e querosene de aviação. Segundo o texto, as despesas decorrentes dele têm natureza discricionária e ficam sujeitas à disponibilidade orçamentária e financeira.

A matéria também aponta que, se a tributação federal da gasolina for reduzida em 30% ou mais, as alíquotas do etanol devem ser zeradas. Isso porque qualquer medida de redução tributária ou subvenção

Carlos Moura/Agência Senado



Relatado pela líder do Governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), PLP dos combustíveis foi aprovado após costura com senadores

para combustíveis fósseis deve, obrigatoriamente, garantir a manutenção da vantagem competitiva do biocombustível correspondente. Segundo o texto, o governo concederá subvenção aos produtores de etanol — limitada a R\$ 1,2 bilhão — para o período de maio a agosto de 2026, assegurando essa competitividade frente à gasolina. Além disso, produtores de etanol poderão usar saldos credores de Pis/Pasep e Cofins para compensar outros débitos federais, com limite de R\$ 750 milhões em 2026.

Fundo Constitucional

O projeto aprovado estabelece uma trava para o crescimento dos gastos, que na prática, pode limitar o crescimento do repasse ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), conforme confirmaram ao **Correio**, fontes da equipe econômica. A regra estabelece que, “caso o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do Governo Central que anteceder o envio do projeto de lei orçamentária anual projete déficit

primário”, as despesas atualmente corrigidas pela Receita Corrente Líquida ficam limitadas ao crescimento do arcabouço fiscal. Em entrevista após a aprovação da matéria, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o texto permite a redução do gasto obrigatório. “O gasto obrigatório crescerá no ano que vem. Mas há uma diminuição, uma mitigação desse ritmo de crescimento que já vai ser percebido o ano que vem, em torno de R\$ 10 bilhões, que é aqui um pouco a evolução a menor do gasto

obrigatório que a gente espera para o ano que vem, já abrindo um espaço fiscal importante para outras demandas discricionárias”. Durigan chamou a medida de “compatibilização” e disse que, posteriormente, detalharia onde haveria controle no Orçamento. “O que nós estamos fazendo é a compatibilização, algumas vinculações que não cresciam no ritmo do arcabouço, cresciam com outra variável isolada, a Receita Corrente Líquida ou alguma coisa, passa a ter a trava do arcabouço, então a gente vai ter

um crescimento limitado ao que o orçamento como um todo passará a crescer também para o ano que vem. Depois a gente pode chegar a detalhar mais quais são especificamente os itens que podem sofrer esse controle, essa limitação”. O escopo do projeto passou a incluir a autorização para que a União conceda crédito fiscal, até 31 de dezembro de 2031, a projetos destinados à produção, no território nacional, de fertilizantes, sintéticos e minerais, e de suas matérias-primas, bem como bioinsumos e biofertilizantes. O crédito será limitado a R\$ 1 bilhão por ano, entre 2027 e 2031, podendo ser ampliado em até R\$ 1 bilhão por ato do Poder Executivo, observada a legislação orçamentária e fiscal. Os valores não utilizados em determinado ano poderão ser utilizados nos seguintes, respeitando a data limite de 2031. Além disso, o crédito corresponderá a um percentual de até 20% do gasto com as atividades de produção de fertilizantes e suas matérias-primas no território nacional. O projeto também determina que o percentual do crédito fiscal concedido deverá ser proporcional ao atendimento dos critérios de sustentabilidade socioambiental. O texto também afasta a incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre mercadorias destinadas a esses produtores de fertilizantes até 2031. A renúncia de receita prevista deverá observar o limite anual de R\$ 200 milhões e o total de R\$ 1 bilhão durante sua vigência. A matéria inclui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos nas regras de excepcionalidade fiscal, por ser um setor vital para a transição energética. Traz, ainda, isenções relacionadas à Copa do Mundo Feminina de 2027.